

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

(Anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)
 Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93
 Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing), anteriormente denominada Zogbi Leasing Arrendamento Mercantil S.A., de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No exercício, a Everest Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 15,412 milhões, correspondente a R\$ 120,69 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 295,849 milhões e Ativos Totais de R\$ 305,286 milhões.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	2010		2009		PASSIVO	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009		2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE	304.154	288.682	9	22	CIRCULANTE	9.073	8.939	9.073	8.939
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	9	22			OUTRAS OBRIGAÇÕES	146	142	146	142
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	290.246	266.444			Sociais e Estatutárias	8.749	8.690	8.749	8.690
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	290.246	266.444			Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	178	107	178	107
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS	13.748	22.072			Diversas (Nota 9b)	364	256	364	256
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	13.748	22.072			EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	364	256	364	256
Carteira Própria	13.379	21.740			OUTRAS OBRIGAÇÕES	364	256	364	256
Vinculados à Prestação de Garantias	369	332			Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	349	228	349	228
OUTROS RÉDITOS	151	144			Diversas (Nota 9b)	15	28	15	28
Rendas a Receber	1	-			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	295.849	280.583	295.849	280.583
Diversos (Nota 7)	150	144			Capital:				
OUTROS VALORES E BENS	-	-			- De Domiciliados no País (Nota 10a)	172.000	172.000	172.000	172.000
Outros Valores e Bens	76	76			Reservas de Lucros (Nota 10b)	123.849	108.583	123.849	108.583
Provisões para Desvalorizações	(76)	(76)							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.132	1.096							
OUTROS RÉDITOS	1.132	1.096							
Diversos (Nota 7)	1.132	1.096							
TOTAL	305.286	289.778			TOTAL	305.286	289.778	305.286	289.778

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre		31 de dezembro
	2010	2009	2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15.190	27.337	26.558
Operações de Crédito	-	9	86
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	15.190	27.328	26.472
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15.190	27.337	26.558
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.004)	(1.894)	(1.635)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(314)	(526)	(345)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(706)	(1.270)	(1.233)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	27	52	191
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(11)	(150)	(248)
RESULTADO OPERACIONAL	14.186	25.443	24.923
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	14.186	25.443	24.923
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15) ...	(5.540)	(10.031)	(9.945)
LUCRO LÍQUIDO	8.646	15.412	14.978
Número de ações (Nota 10a)	127.699.786	127.699.786	127.699.786
Lucro por lote de mil ações em R\$	67,71	120,69	117,29

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre		31 de dezembro
	2010	2009	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.186	25.443	24.923
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos	8	13	(86)
Despesas (Reversão) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	8	13	(86)
Lucro Líquido Ajustado	14.194	25.456	24.837
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(14.445)	(23.801)	(915)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.163	8.324	(13.020)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(12)	(39)	(34)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	80	213	153
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(834)	(10.024)	(10.935)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	146	129	86
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos	(142)	(142)	(172)
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamentos	(142)	(142)	(172)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	(13)	(86)
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	(13)	(86)
Início do Período	5	22	108
Fim do Período	9	9	22
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	(13)	(86)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Capital Social Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias		
Saldos em 30.6.2010	172.000	-	8.511	106.774	-	287.285
Lucro Líquido	-	-	-	-	8.646	8.646
Destinações: - Reservas	-	-	432	8.132	(8.564)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(82)	(82)
Saldos em 31.12.2010	172.000	-	8.943	114.906	-	295.849
Saldos em 31.12.2008	170.600	1.400	7.424	86.323	-	265.747
Homologação de Aumento de Capital	1.400	(1.400)	-	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	-	14.978	14.978
Destinações: - Reservas	-	-	749	14.087	(14.836)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(142)	(142)
Saldos em 31.12.2009	172.000	-	8.173	100.410	-	280.583
Lucro Líquido	-	-	-	-	15.412	15.412
Destinações: - Reservas	-	-	770	14.496	(15.266)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(146)	(146)
Saldos em 31.12.2010	172.000	-	8.943	114.906	-	295.849

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	%	2010	2009
1 - RECEITAS	15.206	102,1	27.239	26.501
1.1) Intermediação Financeira	15.190	102,0	27.337	26.558
1.2) Outras	16	0,1	(98)	(57)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(314)	(2,1)	(526)	(345)
Serviços de Terceiros	-	-	-	(101)
Contribuição Sindical Patronal	-	-	(62)	(61)
Contribuições Filantrópicas	(214)	(1,5)	(214)	(0,8)
Publicações	(79)	(0,5)	(169)	(108)
Serviços Técnicos Especializados	(15)	(0,1)	(71)	(39)
Serviços do Sistema Financeiro	(4)	-	(8)	(8)
Outras	(2)	-	(2)	(28)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	14.892	100,0	26.713	26.156
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	14.892	100,0	26.713	26.156
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14.892	100,0	26.713	26.156
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	6.246	41,9	11.301	42,3
Federal	6.246	41,9	11.301	42,3
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	8.646	58,1	15.412	57,7
Dividendos	82	0,6	146	0,6
Lucros Retidos	8.564	57,5	15.266	57,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Continua...

...Continuação

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

(Anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Everest Leasing) tem como objetivo, exclusivamente, a prática das operações de arrendamento mercantil, observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativos e tecnológicos e na gestão dos riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. Em 3 de maio de 2010, através do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, foi alterada a denominação da Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil para "Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil", cujo processo foi homologado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 17 de agosto de 2010.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito e de arrendamento mercantil, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento, ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Instituição.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 28 de janeiro de 2011.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil				
	2010	2009			
Títulos para negociação:					
Certificados de depósito bancário	295	-	-	-	757
Debêntures	-	-	-	211	1.031
Letras do tesouro nacional	1.015	-	121	1.905	279
Notas do tesouro nacional	-	-	-	212	5.214
Letras financeiras do tesouro	-	2.189	351	6.532	14.791
Outros	-	-	-	917	-
Total em 2010	1.310	2.189	472	9.777	22.072
Total em 2009	-	2.250	-	19.822	(2)

- (1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e no caso de operações compromissadas das respectivas papéis que estão lastreadas em operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e
- (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro - R\$ mil	2009
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	25.809	24.701
Títulos de renda fixa	33	393
Fundos de investimento	1.486	1.378
Total	27.328	26.472

c) A Everest Leasing não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

7) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Devedores por depósitos em garantia	817	783
Créditos tributários (Nota 15c)	434	429
Opções por incentivos fiscais	26	26
Outros	5	2
Total	1.282	1.240

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias.

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%.

A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício quando o valor contábil de um ativo exceder o seu valor recuperável (apurado pelo: (i) seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior). Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Ativos e Passivos contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN e Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a).
- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 8b e 8c).

Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 8b).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional	9	22
Total de disponibilidades (caixa)	9	22
Total caixa e equivalentes de caixa	9	22

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	2010	2009
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	290.246	290.246	266.444
Total em 2010	-	290.246	290.246	266.444
Total em 2009	266.444	-	266.444	-

b) As receitas de aplicações interfinanceiras no montante de R\$ 25.809 mil (2009 - R\$ 24.701 mil) foram registradas em resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 6b).

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a eletiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Saldos no início do exercício	28	258
Constituições líquidas de reversões e baixas	-	2
Pagamentos	(14)	-
Atualização monetária	1	11
Saldos no final do exercício (Nota 9)	15	271

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Continua...

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

(Anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	8.619	8.506	
Provisão para riscos fiscais (Nota 8b).....	271	258	
Impostos e contribuições a recolher.....	130	96	
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 15c).....	78	58	
Total	9.098	8.918	

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Provisão para pagamento a efetuar.....	118	107	
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 8b).....	15	28	
Valores a pagar a sociedades ligadas.....	60		
Total	193	135	

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 172.000 mil (2009 – R\$ 172.000 mil) é composto por 127.699.786 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Reservas de Lucros	123.849	108.583	
- Reserva Legal (1).....	8.943	8.173	
- Reserva Estatutária (2).....	114.906	100.410	

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido da legislação societária. No exercício, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 146 mil (2009 – R\$ 142 mil), correspondendo a R\$ 1,14 (2009 – R\$ 1,11) por lote de mil ações. Os dividendos do exercício de 2009, foram pagos em 23 de dezembro de 2010.

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 146 mil (2009 – R\$ 142 mil), correspondendo a R\$ 1,14 (2009 – R\$ 1,11) por lote de mil ações. Os dividendos do exercício de 2009, foram pagos em 23 de dezembro de 2010.

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Propaganda e publicidade.....	169	108	
Serviços de terceiros.....	-	101	
Serviços técnicos especializados.....	71	39	
Sistema financeiro.....	8	8	
Donativos e contribuições.....	276	61	
Outras.....	2	28	
Total	526	345	

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
COFINS.....	1.093	1.061	
PIS.....	177	172	
Total	1.270	1.233	

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Reversão de provisões operacionais.....	-	121	
Variações monetárias.....	(82)	(122)	
Provisão para contingências - cíveis.....	(3)	(32)	
Outras.....	(13)	(24)	
Total	(98)	(57)	

14) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2010	2009	2010	2009
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	9	22	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	290.246	266.444	25.809	24.701
Dividendos:				
Banco Finasa BMC S.A.	(146)	(142)	-	-

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

(anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil) ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	25.443	24.923	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1).....	(10.177)	(9.969)	
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Outros valores.....	146	24	
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(10.031)	(9.945)	

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3f).

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em		
	31 de dezembro - R\$ mil	2010	2009
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(10.036)	(9.921)	
Impostos diferidos:			
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	(5)	(24)	
Total dos impostos diferidos.....	(5)	(24)	
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(10.031)	(9.945)	

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2009	Consti- tuição	Realização	Saldo em 31.12.2010
Provisões para perda de investimentos.....	256	-	-	256
Provisões para bens não de uso.....	30	-	-	30
Provisões para contingências fiscais e trabalhistas ...	100	6	6	100
Outros valores.....	43	47	42	48
Total dos créditos tributários (Nota 7).....	429	53	48	434
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a).....	58	20	-	78
Total dos créditos tributários.....	371	33	48	356

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2011.....	74	45	119
2012.....	99	59	158
2013.....	91	55	146
2014.....	7	4	11
Total	271	163	434

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 407 mil (2009 – R\$ 398 mil), de diferenças temporárias.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pela CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil) em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador
1SP171564/O-1

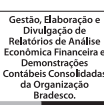
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

(Anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 74.533.787/0001-93

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

II - Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das provisões constituídas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Saldos no início do exercício	28	258
Constituições líquidas de reversões e baixas	-	2
Pagamentos	(14)	-
Atualização monetária	1	11
Saldos no final do exercício (Nota 9)	15	271

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	8.619	8.506
Provisão para riscos fiscais (Nota 8b)	271	258
Impostos e contribuições a recolher	130	96
Provisão para impostos e contribuições diferidas (Nota 15c)	78	58
Total	9.098	8.918

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Provisão para pagamento a efetuar	118	107
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 8b)	15	28
Valores a pagar a sociedades ligadas	60	-
Total	193	135

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 172.000 mil (2009 - R\$ 172.000 mil) é composto por 127.699.786 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Reservas de Lucros	123.849	108.583
- Reserva Legal (1)	8.943	8.173
- Reserva Estatutária (2)	114.906	100.410

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado dividendos mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 146 mil (2009 - R\$ 142 mil), correspondendo a R\$ 1,14 (2009 - R\$ 1,11) por lote de mil ações. Os dividendos do exercício de 2009, foram pagos em 23 de dezembro de 2010.

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Propaganda e publicidade	169	108
Serviços de terceiros	-	101
Serviços técnicos especializados	71	39
Sistema financeiro	8	8
Donativos e contribuições	276	61
Outras	2	28
Total	526	345

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
COFINS	1.093	1.061
PIS	177	172
Total	1.270	1.233

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Reversão de provisões operacionais	-	121
Variações monetárias	(82)	(122)
Provisão para contingências - civis	(3)	(32)
Outras	(13)	(24)
Total	(98)	(57)

14) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESAS LIGADAS

a) As transações com o controlador e empresas ligadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2010 Ativos (passivos)	2009 Ativos (passivos)	2010 Receitas (despesas)	2009 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	9	22	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	290.246	266.444	25.809	24.701
Dividendos:				
Banco Finasa BMC S.A.	(146)	(142)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%; a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	25.443	24.923
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(10.177)	(9.969)
Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Outros valores	146	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.031)	(9.945)

(1) A alíquota da contribuição social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15%, de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3f).

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2010	2009
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(10.036)	(9.921)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias	(5)	(24)
Total dos impostos diferidos	(5)	(24)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.031)	(9.945)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2009	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2010
Provisões para perda de investimentos	256	-	-	256
Provisões para bens não de uso	30	-	-	30
Provisões para contingências fiscais e trabalhistas	100	6	6	100
Outros valores	43	47	42	48
Total dos créditos tributários (Nota 7)	429	53	48	434
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	58	20	-	78
Total dos créditos tributários	371	33	48	356

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2010 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total
2011	74	45	119
2012	99	59	158
2013	91	55	146
2014	7	4	11
Total	271	163	434

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 407 mil (2009 - R\$ 398 mil), de diferenças temporárias.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pela CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05); e
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

(anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil)
Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil) ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestres findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados

nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (anteriormente denominada Zogbi Leasing S.A. Arrendamento Mercantil) em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Instituição. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador
1SP171564/O-1



Kassab quer 'maquiar' novo partido

PDB deve ser criado até agosto e fundir-se ao PSB

O prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM), pretende impor uma "maquiagem ideológica" no estatuto do Partido da Democracia Brasileira (PDB), legenda que pretende criar até agosto. O objetivo é justificar, em seguida, uma fusão com o Partido Socialista Brasileiro (PSB), à esquerda do espectro político. A medida visa a preparar o terreno para a aproximação das duas legendas sem evidenciar o contraste ideológico de Kassab com o PSB.

Protesto - Um grupo de deputados federais do DEM usou a sessão da Câmara de ontem para protestar contra Kassab. Onyx Lorenzoni (DEM-RS) foi o "líder" do grupo e fez o pronunciamento da tribuna. afirmou que a saída de Kassab para criar um novo partido tem o objetivo de receber benefícios do governo federal. "Aí vem o PDB, o Partido Democrático Brasileiro, o partido da boquinha, para pegar uma teta gorda."

O parlamentar gaúcho destacou as dificuldades para a fundação de um partido e levantou dúvidas se este expediente poderia ser usado por deputados que desejam trocar de partido. O líder do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto (BA), apartou o colega e manteve as críticas. "Montar um partido como meio de passagem, como uma janela indiscreta, é lamentável." (AE)

Rodrigo Coca/Agência O Globo



Enquanto entregava as chaves se SP à corte do Carnaval, Kassab era criticado em Brasília.

Montar um partido como meio de passagem, como uma janela indiscreta, é lamentável.

Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)

Mulheres do MST protestam no BNDES

No segundo dia da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Camponesas, um grupo estimado em 250 mulheres protestou no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no Rio, contra os empréstimos ao agronegócio e empresas transnacionais. Os organizadores afirmaram que "os recursos públicos administrados pelo BNDES não podem ser utilizados sem critérios técnicos, desrespeitando a legislação ambiental em favor de uma irresponsável e destruidora expansão dos monocultivos". No Mato Grosso do Sul, 250 acampados bloquearam por quatro horas a BR-463 entre Dourados e Ponta Porã. Eles querem a retomada da entrega de cestas básicas no acampamento Paquetá. (Agências)

Habeas copus para Dantas? STJ decide

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar pedido de habeas corpus no qual os advogados do banqueiro Daniel Dantas questionam a participação de 76 integrantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) na Operação Satiagraha. A operação investigou suspeitas de desvio de recursos públicos, corrupção e lavagem de dinheiro. A defesa quer a anulação de provas e procedimentos. O relator do pedido, Adilson Macabu, votou a favor do pedido. Para ele, existem no vícios inquérito que contaminam todo o processo. Segundo o magistrado, a participação dos agentes foi irregular porque a atribuição da Abin é assessorar a Presidência da República e não participar de operações como a Satiagraha.